



Ementas

1º Semestre de 2016



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Acepções de Justiça Clássica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina visa compreender o conceito de justiça desde a antiguidade até a modernidade com grande repercussão na era Contemporânea. Trata-se de um estudo dos fluxos e influxos do pensamento filosófico. Não prescindiremos da perspectiva histórica (não linear) e estrutural. Por conta disso, os autores serão estudados em seu contexto histórico-cultural o que facilitará a compreensão de suas propostas sobre a Justiça e o Direito. Em Seminários realizados, pelos alunos, com a assistência do Professor, se procederá à análise estrutural das obras mais significativas dos principais expoentes das diversas correntes jusfilosóficas que se sucedem numa incessante dialética entre o Direito posto e o ideal de Justo.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. O Positivismo Jurídico. Tradução de Marcio Pugliesi. São Paulo, Editora Ícone, 1999.

De Cicco, Cláudio. História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 2013, 7ª edição revista.

GOYARD-FABRE, Simone. Os Fundamentos da Ordem Jurídica. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2002.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 2011, 20ª edição, 9ª tiragem.

VILLEY, Michel. A Formação do Pensamento Jurídico Moderno. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2009, 2ª edição.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Cláudio de Cicco
Disciplina:	Filosofia do Direito I
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina visa fornecer noções básicas de Filosofia, como propedêutica para o aprofundamento em Filosofia do Direito. Em seguida abordará o objeto e a divisão da Filosofia do Direito, revelando o conteúdo axiológico das normas jurídicas, a conduta e sua ordenação teleológica, bem como suas modalidades. Passando em revista as visões reducionistas da realidade jurídica, desenvolverá a visão integral do Direito, numa perspectiva tridimensional histórico-cultural que culmina nas constantes axiológicas da dignidade da pessoa humana, valor fonte de todos os valores, particularmente ameaçada em nossos dias pelo relativismo e massificação cultural, de que resulta uma noção apenas tecnológica e não humanística do Direito.

Bibliografia Básica:

DE CICCO, Cláudio. História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 2013, 7ª edição revista.

ERVADA, Javier. O que é o Direito? Trad. Sandra Martha Dolinski. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2006.

PERELMAN, Chaïm. Ética e Direito. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2002.

REALE, Miguel Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 20ª edição, 9ª tiragem, 2011.

VILLEY, Michel. A Formação do Pensamento Jurídico Moderno. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2005.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Cláudio de Cicco
Disciplina:	Teoria Geral do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina visa mostrar como, a partir da experiência jurídica concreta, podem-se conceber modelos operacionais, implicando na qualificação e obrigatoriedade dos comportamentos, em função de fatos e valores emergentes da realidade. Em seguida ver-se-á como, na hermenêutica jurídica, o intérprete deverá atentar para a condicionalidade histórica tanto da nomogênese como da aplicação da norma ao caso concreto, numa visão prospectiva, sem as limitações da visão retrospectiva usual. Chega-se, assim, a uma revisão do conceito de dogmática jurídica, à luz do pensamento conjectural, instrumento apto a facilitar a aplicação da norma jurídica a uma sociedade em contínua mutação, sem comprometer os valores humanísticos fundantes do Estado Democrático de Direito, rumo a uma sociedade mais justa.

Bibliografia Básica:

DE CICCO, Cláudio. História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 7ª edição revista, 2013.

GOYARD-FABRE, Simone. Os Fundamentos da Ordem Jurídica. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2002.

PERELMAN, Chaïm. Lógica Jurídica. Trad. M.E.Galvão. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2001.

REALE, Miguel. O Direito como Experiência. São Paulo, Editora Saraiva, 1992, 2ª edição, 4ª tiragem, 2010.

VALLET DE GOYTISOLO, Juan. Metodologia Jurídica. Madrí, Editorial Civitas, 1998.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim
Disciplina:	O papel dos tribunais superiores à luz do Novo Código de Processo Civil: Recursos Excepcionais, Precedentes Judiciais, Controle de Constitucionalidade e Ações de Competência Originária
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Com a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil - Lei 13.105/2015 -, importantes modificações vieram a ser operadas no âmbito dos processos que tramitam perante as Cortes Superiores. Deveras, a partir da vigência de aludido diploma legal, pode-se falar que nossas Cortes Superiores terão ainda maior papel de destaque, na medida em que suas decisões judiciais passarão a ter eficácia vinculante, ao lado daquelas que já detêm mencionadas características, por força da Carta Constitucional. A ideia da presente disciplina consiste justamente na investigação de referidos institutos processuais que vieram a sofrer modificações com o Novo Diploma Processual, bem como o papel que será desempenhado pelas Cortes Superiores a partir de Março de 2016.

Bibliografia Básica:

ARRUDA ALVIM, Eduardo; GRANADO, Daniel Willian; THAMAY, Rennan Faria Krüger. Processo Constitucional. São Paulo: RT, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. 6.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DIDIER JR., Fredie. Ações constitucionais. 6.ª ed. Salvador: Podivm, 2013.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Recurso Extraordinário e Recurso Especial. 13.^a ed. São Paulo: RT, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes Obrigatórios. 3.^a ed. São Paulo: RT, 2013



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Elizabeth Nazar Carrazza e Julcira Maria de Mello Vianna
Disciplina:	A efetividade do sistema constitucional tributário
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A pesquisa abordará a efetividade do Direito Tributário em sua mais expressiva essência, que é a constitucional. Para tanto, será esmiuçado o sistema constitucional tributário, com ênfase nos princípios, nas normas gerais em matéria de legislação tributária, nas competências tributárias, nas limitações ao poder de tributar e na possibilidade de utilização dos mecanismos tributários na promoção do desenvolvimento econômico, político e social, bem como na proteção do meio ambiente, do mínimo vital e da dignidade da pessoa humana.

Bibliografia Básica:

- 1 - Roque Antonio Carrazza - Curso de Direito Constitucional Tributário (Malheiros Editores, São Paulo, 30ª ed., 2015)
- 2 - Paulo de Barros Carvalho - Direito Tributário Linguagem e Método (Editora Noeses, São Paulo, 3ª ed., 2009)
- 3 - Geraldo Ataliba - Hipótese de Incidência Tributária (Malheiros Editores, São Paulo, 6ª edição, 9ª tiragem, 2008)
- 4 - Mizabel Abreu Machado Derzi - Modificações da Jurisprudência no Direito Tributário (Editora Noeses, São Paulo, 2009)
- 5 - Renato Lopes Becho - Lições de Direito Tributário (Editora Saraiva, São Paulo, 3ª edição, 2015)



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Gabriel Benedito Issaac Chalita
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Relações entre Ética e Direito na Filosofia Clássica dos Gregos
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como finalidade o estudo dos principais temas da Filosofia do Direito na antiguidade grega e sua relação com as outras escolas. O referencial teórico fundamental é a *Ética* de Nicômaco de Aristóteles. A partir dessa obra busca-se discutir a justiça em outros autores contemporâneos a Aristóteles e a influência exercida sobre as escolas da Filosofia do Direito que vieram depois. Além disso, o objetivo é trabalhar uma metodologia que prepare o aluno para o magistério e para a pesquisa científica.

Bibliografia Básica:

AQUINO Tomás de. *A Prudência - A virtude da decisão certa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARISTÓTELES. *Ética Nicomáquea*. 3ª ed., Madrid: Editorial Gredos, 19954.

DESCARTES, René. *Carta-Prefácio dos Princípios da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROSS, Alf. *Direito e Justiça*. São Paulo: Edipro, 2000.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Ivo Waisberg
Disciplina:	Responsabilidade Civil no Direito Empresarial
Núcleo de Pesquisa:	Direito Comercial
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Analisar a teoria geral da responsabilidade civil e seus fundamentos frente ao direito empresarial. Examinar com base doutrinária e jurisprudencial as hipóteses específicas de responsabilidade civil do empresário como, entre outras, nos casos de: administradores de sociedades empresárias, (limitada e por ações), de instituições financeiras, abuso de poder de controle, na falência, no direito ambiental, no direito do consumidor, responsabilidade contratual em contratos comerciais, por ofensa à concorrência, por concorrência desleal.

Bibliografia Básica:

- AGUIAR DIAS, José de. Da Responsabilidade Civil. 6ª ed., Rio de Janeiro: Forense.
- ALVIM, Agostinho. Da Inexecução das Obrigações e suas Conseqüências. São Paulo: Saraiva.
- BENACCHIO, Marcelo. Responsabilidade Civil Contratual. São Paulo: Saraiva.
- CASTRO, Guilherme Couto de. A Responsabilidade Civil Objetiva no Direito Brasileiro. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense.
- COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito Comercial. São Paulo: Saraiva.
- JOSSERAND, Louis. Evolução da Responsabilidade Civil. Trad. Raul Lima. In: Revista Forense. Forense: Rio de Janeiro. Junho - 1941, p. 548-559.
- LIMA, Alvino. Culpa e Risco. 2ª ed., ver e atual. por ovidio Rocha B. Sandoval. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Jacinto Silveira Dias de Arruda Camara
Disciplina:	Intervenção do Estado no Domínio Econômico
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	1º/2016
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. Conceito constitucional de atividade econômica: a dicotomia atividade econômica serviço público. 2. Serviços Públicos na Constituição. 3. Serviços públicos e reserva de mercado. 4. Regulação de atividades econômicas. 5. Fomento estatal a atividades econômicas. 6. Intervenção do Estado como agente econômico: as empresas estatais. 7. Regulação econômica e proteção da concorrência. 8. Regulação sobre preços.

Bibliografia Básica:

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio, Curso de Direito Administrativo, São Paulo, Malheiros Editores, 2015.

GRAU, Eros Roberto. A Ordem Econômica na Constituição de 1988, 7ª ed.. São Paulo, Malheiros, 2002.

GROTTI, Dinorá Adelaide Musetti. O Serviço Público na Constituição Brasileira de 1988, São Paulo, Ed. Malheiros, 2003.

SALOMÃO FILHO, Calixto. Regulação da Atividade Econômica (princípios e fundamentos jurídicos). São Paulo, Malheiros, 2001.

SUNDFELD, Carlos Ari (coord.). Direito Administrativo Econômico. São Paulo, Malheiros, 2000.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	José Manoel de Arruda Alvim Netto
Disciplina:	Normas híbridas de direito material e processual - tratamento à luz do direito Constitucional
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Os objetivos do curso são os de aprofundar o estudo das normas de natureza híbrida, de direito material e processual civil, à luz do direito Constitucional.

Diversos temas serão examinados por regras de Direito Civil e Processual Civil, como por exemplo os temas do direito probatório, das nulidades, das convenções processuais e do direito possessório.

Bibliografia Básica:

DIDIER JR, Fredie; MAZZEI, Rodrigo Reis. Reflexos do novo código civil no direito processual. Salvador: JusPodivm, 2006;

ALVIM, Arruda. Notas sobre o projeto de novo código de processo civil. Revista de processo, vol. 191. São Paulo: RT, 2011, p. 299;

_____. Manual de Direito Processual Civil, 16ª edição. São Paulo: RT, 2014;

DIDIER JR, Fredie; MOUTA, José Henrique; KLIPPEL, Rodrigo. O projeto de novo código de processo civil, homenagem ao professor José de Albuquerque Romsa. Salvador: JusPodivm, 2011;

O novo processo civil brasileiro: direito em expectativa. FUX, Luiz (coord.). Rio de Janeiro: Forense, 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	José Roberto D´Affonseca Gusmão
Disciplina:	Propriedade Intelectual - Sinais Distintivos
Núcleo de Pesquisa:	Direito Comercial
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Em um mundo de economia globalizada, altamente competitivo e dominado pela internet, as empresas necessitam de meios eficazes para se diferenciar no mercado. Os empresários se identificam no mercado por meio de sinais distintivos, bens imateriais que compõem o estabelecimento empresarial e que, não raras vezes, têm valor comercial superior aos bens materiais do estabelecimento. A importância destes sinais não se restringe ao empresário e à empresa, mas impactam também no comércio nacional e internacional, tendo, nas últimas décadas, o tema ganhado maior relevância nas discussões empresariais e governamentais. A disciplina tem por objetivo refletir acerca dos sinais distintivos, da necessidade de sua proteção e dos conflitos gerados por esses sinais no mundo empresarial. Além da base teórica dos sinais distintivos, busca a disciplina também trazer uma reflexão atual sobre a necessidade ou não de proteção para novos sinais, bem como discutir novas abordagens relativas aos sinais distintivos.

Bibliografia Básica:

CERQUEIRA, João da Gama. Tratado de Propriedade Industrial.. Atual. por Newton Silveira e Denis Borges Barbosa. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2012. Vol. II. T. II. 2ª tir. p.

GONÇALVES, Luís M Couto. Função da Marca. Direito Industrial. v. II. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

Propriedade Intelectual: Sinais Distintivos e Tutela Judicial e Administrativa. Coord. Manoel J. Pereira dos Santos e Wilson Pinheiro Jabur. São Paulo: Saraiva, 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

PUC-SP

SCHMIDT, Lélío Denicoli. A distintividade das marcas. São Paulo, Saraiva, 2013.

PONTES DE MIRANDA, Tratado de direito privado, Sao Paulo, Forense, vols 16 e 17.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor: José Roberto Pimenta Oliveira
Disciplina: Corrupção de Agentes Públicos e Privados nas Relações Jurídico-Administrativas
Núcleo de Pesquisa: Direito Administrativo
Dia da semana: 6ª feira
Horário: 08h:00 às 12h:00
Semestre: 1º/2016
Créditos Correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Corrupção, Improbidade Administrativa e legislação existente na prevenção e repressão à corrupção no Brasil. Sistemas de Responsabilização de Agentes Públicos e Terceiros; Sistema de Improbidade Administrativa na lei n. 8.429/1992; Princípios jurídicos formais e materiais aplicáveis ao domínio punitivo da improbidade; Tipificação de atos de improbidade administrativa; Sancionamento dos atos de improbidade administrativa; Depuração de bens jurídicos na lei n. 8.429/1992; Processo administrativo e judicial - Lei 8.429/1992, LACP e Constituição Federal; Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça; Responsabilidade "administrativa e civil" de atos lesivos à administração pública nacional e estrangeira na Lei nº 12.846/2013; Estrutura do sistema punitivo - tipificação, sanções, processo e bens jurídicos - na Lei nº 12.846/2013. Interação da Lei nº 8.429/1992 e Lei nº 12.846/2013; Processo administrativo e processo judicial; Acordo de leniência; Análise do "princípio da independência" dos sistemas de responsabilidade; Proteção de denunciante e testemunhas de atos de corrupção; Programas de Integridade no setor privado e suas consequências jurídicas nas esferas públicas de responsabilização.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, JOSÉ ROBERTO PIMENTA. Improbidade Administrativa e sua autonomia constitucional. Belo Horizonte: Forum, 2009.

GARCIA, Emerson. Improbidade Administrativa. 7ª ed. São Paulo : Saraiva, 2013.

OSÓRIO, Fábio Medina. Teoria da Improbidade Administrativa, 3ª ed., São Paulo: RT, 2014.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

PUC-SP

QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de; SOUZA, Jorge Munhos. Lei Anticorrupção. Bahia : Editora Juspodivm, 2015.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2015.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	Efetividade dos direitos fundamentais e competências federativas. As responsabilidades dos entes federados
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A partir da análise da repartição de competências, haverá a identificação das responsabilidades pelo cumprimento e efetivação dos direitos fundamentais pelos entes federativos. Quem deve ser responsabilizado em caso de não cumprimento dos deveres e direitos assegurados? O curso pretende investigar, sob o prisma federativo, a efetivação dos direitos fundamentais e a responsabilidade pela sua não efetivação.

Bibliografia Básica:

Almeida, Fernanda Dias Menezes de - Competências na Constituição Federal, Atlas, São Paulo

Defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, org. Luiz Alberto David Araujo, Ed. RT, São Paulo, 2006.

Horta, Raul Machado, Direito Constitucional, Del Rey, Belo Horizonte.

O direito e o futuro. O futuro do direito, organização Antonio José Avelãs Nunes e Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, Almedina, Coimbra, 2008.

Streck, Lênio. Jurisdição constitucional. Forense, Rio.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - A igualdade como vetor de interpretação
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O valor "igualdade" deve estar presente nas mais diversas técnicas de interpretação, permeando o sistema. O curso pretende estudar os limites da igualdade material, a efetividade da igualdade formal diante da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A proteção constitucional das pessoas com deficiência*. Corde, Brasília, 2011, 4ª. Edição, cópia gratuita no site: www.luizalbertodavidaraujo.com.br, menu freedownload.

SARLET, Ingo. *A eficácia dos direitos fundamentais*. Livraria do Advogado, Porto Alegre, 3ª. Edição, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. WVA., 8ª. Edição, ampliada e revisada, 2010, Rio de Janeiro.

Sex, race and merit. Debating Affirmative Action in Education and Employment, FAYE J. CORSE AND CHERYL VAN DE VEER, The University of Michigan Press. 2003.

WERNECK, Claudia. *Quem cabe no seu todos?* WVA, 1999, Rio de Janeiro.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	Produção Bibliográfica - Qualificação
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa (somente para alunos do Doutorado em Direito)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	14h00 às 19h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Critérios e regras para elaboração de um artigo científico. O Qualis como instrumento de qualificação do periódico. Como escolher um periódico para publicação. Aderência da produção ao projeto e à linha de pesquisa. O qualis dentro do quadriênio de avaliação. Como qualificar um periódico?

Como cuidar da produção técnica? Como ajudar a Coordenação na tarefa da produção científica. O papel dos bolsistas e o papel dos docentes na produção bibliográfica.

Justificativa:

O essencial na produção científica é a respectiva qualificação.

A publicação artigos, coletâneas, anais do Programa deve obedecer os padrões exigidos pela Área do Direito da CAPES.

O propósito da Ementa, mais propriamente operando como Seminário, é o de formar e informar o aluno sobre as questões relativas ao padrão QUALIS; a temática relativa à aderência da produção quanto à linha de pesquisa do Programa

Bibliografia Básica:

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. In: <http://www.saraivajur.com.br/doutrina>. Acesso em 18-7-2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 3ª ed. rev., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

Nunes, Rizzatto. Manual da monografia jurídica. 11ª.ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20ª ed., São Paulo: Cortez, 1997.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Marcelo Gomes Sodré
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Uma visão filosófica dos direitos difusos materiais
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem por objetivo refletir, do ponto de vista filosófico, sobre o surgimento dos direitos difusos materiais, seu contexto histórico, teórico e consequências. Para tanto, será dado destaque especial à problemática que envolve a vulnerabilidade contemporânea na civilização tecnológica, o papel do direito e os fundamentos do surgimento dos direitos difusos na segunda metade do século XX. As perguntas básicas que se buscará responder são: como o projeto racional/iluminista resultou em catástrofes? Em qual contexto histórico e filosófico surgiram os chamados direitos difusos materiais? Eles são frutos de uma ruptura da pós-modernidade? Que tipo de ruptura e com quais consequências? Como o direito deve tratar o tema do risco civilizatório na sociedade contemporânea? É possível se falar de uma ética na pós-modernidade?

As aulas abordarão, por meio da leitura de textos e debates em sala de aula, os seguintes temas: a sociedade pós-moderna e o direito; o processo de globalização e o direito; a sociedade de risco e o direito; a sociedade de consumo e o direito; a ética no mundo contemporâneo, fundamentos filosóficos na formação do direito ambiental e do direito do consumidor; natureza material dos direitos difusos; os bens difusos protegidos; a relação entre direitos difusos e direitos fundamentais; a posição dos direitos difusos no concerto geral da ciência do direito; direitos difusos e políticas públicas; judicialização dos conflitos sociais e conflitos entre direitos difusos.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto - A Era dos Direitos

BECK, Ulrich - Sociedade de Risco

JONAS, Hans - O princípio responsabilidade

LIPOVETSKY, Gilles - A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo

DWORKIN, Ronald - Levando os direitos a sério.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Márcia Cristina de Souza Alvim
Disciplina:	Filosofia do Direito III - Direito e Liberdade
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	1º/2016
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina tem por objetivo discutir um dos Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil: O Direito à Liberdade. Que é liberdade? O que é ser livre? É possível construir uma filosofia da liberdade? Como o Direito deve emancipar as ações humanas para a efetividade desse princípio fundamental? As aulas serão realizadas de forma expositiva e seminários.

Bibliografia Básica:

- ARENDDT, Hannah. O que é Política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CANETTI, Elias. Massa e Poder. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HABERMAS, Jurgen. Comentários à Ética do Discurso. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- LIPOVETSKY, Gilles e CHARLES, Sébastien. Os Tempos Hipermodernos. Lisboa: Edições 70, 2011.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou Da Educação. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2014.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Márcio Pugliesi
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - A Conjectura Sistêmica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2016
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Apresentação dos principais encaminhamentos de uma visão sistêmico-construcionista da atividade dos juristas.

Bibliografia Básica:

PUGLIESI, Márcio. Teoria do Direito. 2ª. Ed., São Paulo: Saraiva, 2009.

PUGLIESI, Márcio. Teoria do Direito: aspectos macrossistêmicos. Rio de Janeiro: Sapere Aude, 2015.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Márcio Pugliesi
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Perspectivas para o Direito na Sociedade de Informação e Controle
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

As transformações no sistema produtivo indicam a emergência de novos desafios para o estudioso do Direito. O presente curso objetiva explorar o cenário em construção e apontar rumos para o jurista.

Bibliografia Básica:

PUGLIESI, Márcio. Filosofia Geral e do Direito - working paper.

KANT, Immanuel. Crítica da Razão Pura. 8 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2013.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Marco Antônio Marques da Silva
Disciplina:	Processo Penal Contemporâneo, Democracia e Dignidade Humana
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Penal
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O mundo tem passado por grandes transformações decorrentes de uma nova visão de sociedade globalizada, que impõe mudanças e reflexões no posicionamento dos institutos do Direito, em especial do Direito Processual Penal, inclusive no âmbito de uma justiça internacional. Assim, estas alterações devem sempre estar norteadas por princípios que constituem o Estado Democrático de Direito, principalmente em face do direito de punir do Estado e nas mais variadas acepções da intervenção na vida do cidadão.

Bibliografia Básica:

COSTA, José de Faria & SILVA, Marco Antonio Marques da. (Coordenação). Direito Penal Especial, Processo Penal e Direitos Fundamentais: Visão Luso-Brasileira. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo Penal Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 5ª ed., 2007.

MIRANDA, Jorge & SILVA, Marco Antonio Marques da. Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana. São Paulo: Quartier Latin, 2ª edição, 2009.

SILVA, Marco Antonio Marques da & Freitas, Jayme Walmer de. Código de Processo Penal Comentado. São Paulo: Saraiva, 2012.

SILVA, Marco Antonio Marques da. Acesso à Justiça Penal e Estado Democrático de Direito. São Paulo: Ed. Juarez de Oliveira, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Maria Celeste C. Leite Santos
Disciplina:	Filosofia do Direito I - A Filosofia Jurídica nos Desafios Contemporâneos: Ética, Bioética e Biodireito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A ciência tem mudado muitas coisas. A esquecida Filosofia Ética que representa o que há de mais profundo no pensamento jurídico renasce, notadamente aplicada ao Direito e à questão da Justiça. Seu estudo está a exigir o denominado "pensamento complexo". A teoria da complexidade é uma teoria que pode conviver com os fenômenos das Ciências da vida e também com os sociais, mas não no mesmo nível. Existe uma concepção básica que defende a idéia de autonomia da organização e da relação. O termo "complexo" deve ser tomado em seu sentido original, que significa "aquilo que forma um conjunto". Não é questão de destruir as disciplinas, mas de demonstrar que elas fazem parte de um conjunto abrangente: a Filosofia do Direito.

O Curso tem por objetivo investigar o Biodireito como uma das estruturas de controle e diretriz social, mediante o exame de seus instrumentos filosóficos, bioéticos e sua interação com os modernos avanços biotecnológicos. Em sua primeira parte, basicamente introdutório, versa sobre a Bioética, parte da Ética, ramo da Filosofia que enfoca as questões da vida humana e da saúde. A Bioética, tendo a vida como objeto de estudo, trata também da morte (inerente à vida).

A segunda parte do curso cuida, especificamente do denominado Bio-Direito ou "Bio-Juris", termo usado por Aristóteles (Ética a Nicômaco) e apresentado por nós em 1988. Sendo a Bioética pré-legal, e verificando-se as limitações dos textos jurídicos clássicos, que não apresentam soluções imediatas para as inovações biotecnológicas, torna-se premente uma reflexão jurídica conjunta para os dilemas inerentes às múltiplas e possíveis transformações da espécie humana. Essa é a razão pela qual este curso pretende abordar o programa que



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

se segue, buscando efetivas e adequadas propostas legislativas. Tendo em vista que o ordenamento jurídico concreto está em constante mutação, como uma realidade viva em pleno desenvolvimento, lembramos a frase de Benjamin Cardoso de que: "O direito deve ser estável, mas não pode ser estático."

Bibliografia Básica:

CASABONA, Carlos Maria Romeo. *Del Gen al Derecho*. Colômbia: Univ. Externado de Colômbia, 1996.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do Direito. Técnica, decisão, dominação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

NINO, C.S. *Ética y derechos humanos - Un ensayo de fundamentación*. Buenos Aires: Astrea, 1989.

REICH, W. T. *Encyclopedia of bioethics*. Nova York: Free Press, 1978.

SANTOS, Maria Celeste Cordeiro Leite. *Imaculada concepção - Nascendo "in vitro" e morrendo "in machina"*. São Paulo: Acadêmica, 1993.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Maria Helena Diniz
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Teoria da norma jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00min às 12h00min
Semestre:	1º/2016
Crédito correspondente:	04
Carga Horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso visa dar uma visão panorâmica da Ontologia, Epistemologia e Axiologia jurídicas, voltada ao estudo da "norma jurídica", embora dê um enfoque especial à Epistemologia Jurídica. Evita-se, no curso, o monopólio de uma teoria, pois os problemas epistemológicos não mais se resolvem por uma especulação abstrata por ser impossível compreender em todo seu alcance científico-jurídico e filosófico, a norma, sem o recurso a todas as noções fundamentais contidas nas teorias clássicas e modernas. Busca-se um estudo realista da normas jurídica, sob o prisma kelseniano, empírico e pragmático.

Bibliografia Basica:

DINIZ, Maria Helena. Conceito de norma jurídica como problema de essência. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. A ciência jurídica. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Compêndio de introdução à ciência do Direito. São Paulo: Saraiva, 2007.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Teoria da norma jurídica. Rio de Janeiro, Forense, 1978.

HART, Herbet. El concepto del derecho, 1963.

KELSEN, Hans. Teoria pura do Direito. Coimbra, 1962.

ROSS, Alf. El derecho y la justicia. Buenos Aires, 1970.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Maria Helena Diniz
Disciplina:	Ordenamento jurídico e sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito.
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	07h30min às 12h30min
Semestre:	1º/2016
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Análise da teoria do ordenamento jurídico e do sistema como instrumento lógico da construção científico-jurídica; questão da plenitude e consistência do sistema; dinâmica do sistema; idéia de sistema nas várias correntes jusfilosóficas, salientando o papel da ciência jurídica e da sua linguagem e a questão da unidade sistemática das normas.

Bibliografia Basica:

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*, 1991.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. *Teoria da norma jurídica*, 1998.

_____. *Conceito de sistema no direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 1962.

VILANOVA, Lourival. *Estruturas lógicas e sistema de direito*, 2005.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Miguel Horvath Júnior
Disciplina:	Metodologia Científica e Didática do Ensino Superior: Apreenda as técnicas para ministrar aulas e da redação científica (dissertação)
Núcleo de Pesquisa:	Teoria Social, Metodologia, Lógica e Semiótica do Direito
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	1º/2016
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como finalidade ensinar as técnicas para ser um bom professor. Capacitar o Pós Graduando ao magistério na área do direito. Além do estudo da criação desenvolvimento e finalização do projeto científico. Estudo da redação científica e das formas de citação estudará o seguintes temas: O direito como ciência. O conhecimento e a pesquisa. Trabalho científico. A importância do trabalho científico. A escolha do tema. A revisão da literatura. A organização das fontes e materiais de pesquisa. Elementos do projeto de pesquisa científica. Técnicas de normatização do trabalho científico. As formas de apresentação do trabalho científico: Tese, Dissertação, trabalho didático, monografia de conclusão de curso, resenha bibliográfica, fichamento. Didática do ensino superior.

Bibliografia Básica:

CONTRERAS, Jose. A autonomia de professores. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

AMY, Marcelo. Metodologia da Pesquisa Científica. Rio de Janeiro. Elsevier, 2011.

3.MASETTO, Marcos T. O professor na hora da verdade: a prática docente no ensino superior. São Paulo:Avercamp, 2010.

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RIOS, Terezinha Azerêdo. Compreender e ensinar. Porto Alegre; Artmed, 2000.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Nelson Luiz Pinto
Disciplina:	Direito Processual Constitucional e o Novo CPC
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Exame das principais garantias e princípios constitucionais do processo e dos instrumentos de tutela de direitos previstos na Carta de 1988 e seus reflexos no Novo Código de Processo Civil de 2015.

Bibliografia Básica:

ALVIM. Eduardo Arruda e outros. Processo Constitucional. Revista dos Tribunais.

BERALDO. Leonardo de Faria. Comentários às inovações do Código de Processo Civil. Del Rey.

MEDINA. José Miguel Garcia. Novo Código de Processo Civil comentado. Revista dos Tribunais.

SCARPINELLA Bueno. Cassio. Manual de Direito Processual Civil. Volume único. Saraiva.

WAMBIER. Teresa Arruda Alvim, Bruno Dantas, Eduardo Talamini, Fredie Didier. Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil. Revista dos Tribunais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Nelson Luiz Pinto e Paulo Sérgio Feuz
Disciplina:	Contencioso Jusdesportivo
Núcleo de Pesquisa:	Direito Desportivo
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Análise dos princípios, sanções e procedimentos aplicáveis em sede de Justiça Desportiva e pelos entes arbitrais desportivos nacionais e internacionais.

Bibliografia Básica:

CARRETERO LESTÓN, José Luis. El nuevo Derecho Deportivo disciplinario. Madri, Ediciones Laborum, 2009.

DUDOGNON, Charles. Règlement des Litiges au sein du Mouvement Sportif, Paris, Dalloz, 2012.

GRADELA FILHO, Paulo et alli. Código Brasileiro de Justiça Desportiva, Curitiba, Juruá Editora, 2012.

GRISPO, Antonio. Resolución de Conflictos en el Deporte. Buenos Aires, AD-Hoc, 2006

LUISO, Francesco Paolo. La Giustizia Sportiva. Milano, Giuffrè Ed., 1975.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Nelson Nery Júnior
Disciplina:	Aspectos controvertidos do NCPC e sua influência no processo coletivo
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00min às 23h00min
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa

O curso busca examinar os principais reflexos do NCPC para a tutela jurisdicional coletiva. Desse modo, serão analisados com destaque os novos institutos nitidamente de caráter coletivo como o Incidente de Resolução de demandas Repetitivas e a ampliação da jurisprudência vinculante, precipuamente o regime de recursos repetitivos que atua em confluência com o sistema das ações coletivas para proteção dos direitos individuais homogêneos. Além do exame das inovações nitidamente coletivas, também será objeto de estudo as repercussões principiológicas do NCPC que influenciarão o processo coletivo, e.g., proibição de decisão surpresa, incidente de descon sideração da personalidade jurídica, integridade e coerência jurisprudencial, dever exaustivo de motivação, amicus curiae, etc.

Bibliografia Básica:

ABBOUD, Georges. Discricionari edade administrativa e judicial, SP: RT, 2014.

NERY JUNIOR, Nelson e ANDRADE NERY, Rosa Maria. Comentários ao Código de Processo Civil, SP: RT, 2015.

_____. Código de Processo Civil Comentado, 14.ª ed., SP: RT, 2014.

_____. Constituição Federal Comentada, 5.ª ed., SP: RT, 2014.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Oswaldo Henrique Duek Marques
Disciplina:	As relações entre a violência, o totalitarismo e o Direito Penal
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso pretende analisar as relações entre o poder, a violência e o Direito Penal, a partir de uma visão crítica do Direito Penal, sem afastar as contribuições da Psicanálise, da Antropologia e da Filosofia. Dessa ótica, o curso almeja propiciar aos Alunos uma compreensão dos sistemas penais e punitivos da contemporaneidade, a partir de suas origens.

Bibliografia Básica:

ARENDDT, Hannah. "Da violência". In: Crises da República. Trad. José Volkmann. 3ª ed. São Paulo, 2015, p. 91-156.

BENJAMIN, Walter. "Para uma crítica da violência". In: Escritos Sobre Mito e Linguagem. Trad. Suzana Kampff Lages e Ernani Chaves. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2011.

DUEK MARQUES, Oswaldo Henrique. Fundamentos da Pena. 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

GIRARD, René. A Violência e o Sagrado. Trad. Martha Conceição Gambini. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

COSTA, Jurandir Freire. Violência e Psicanálise. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 9-61.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Ordenamento Jurídico e Sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito.
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	18h50min às 23h50min
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

A forma superior de sistema poderá ser identificada sempre que se observe conjunto de objetos reunidos e organizados segundo referência unitária. Por isso, estudar um sistema qualquer exige a compreensão dos seus elementos, bem como as relações que esses mantenham entre si. Para estudar o sistema de direito positivo será utilizado modelo para análise das normas jurídicas, construído a partir de categorias da teoria geral do direito e potencializado por instrumentos teóricos da filosofia da linguagem e da semiótica. Já o estudo das relações que as normas mantêm entre si, será feito com vista à percepção dos efeitos normativos que projetam. Desta forma, a validade das normas jurídicas, as antinomias, as regras de superação de antinomias, além das técnicas de argumentação, utilizadas na solução de conflitos, serão abordadas como temas decorrentes da especial forma de relação que as normas mantêm entre si no interior do sistema.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário Linguagem e Método. 6ª.ed. São Paulo: Noeses, 2015.

CARVALHO, Paulo de Barros. Derivação e Positivização no Direito Tributário. São Paulo: Noeses, 2011/2012.

ECHAVE, Urquiyo e Guiboug. Lógica, proposición y norma. Buenos Aires: Astrera, 1986.

GUASTINI, Riccardo. Das fontes às normas. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

VILANOVA, Lourival. Estruturas Lógicas e Sistema do direito positivo. 3ª.ed. São Paulo: Noeses, 2005.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Pedro Estevam Alves Pinto Serrano
Disciplina:	Teoria Geral do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso visa distinguir a concepção positivista-analítica de Kelsen, Bobbio e Hart das concepções discursivas de Dworkin e Alexy e outras correntes de pensamento no tocante a aplicação do direito ou de uma teoria da decisão judicial. O curso demonstrará como se deu a insatisfação teórica e axiológica contemporânea com a formulação positivista, que coloca fora do âmbito da ciência do direito a aplicação do direito por considerá-la insuscetível de um saber racional (política jurídica em Kelsen, discricionariedade em Hart e antinomia real em Bobbio), que levou ao uso da teoria dos princípios e a teoria da argumentação jurídica como métodos para reduzir ou mesmo eliminar o âmbito de plurissignificação da norma face ao caso concreto, reduzindo ou eliminando a esfera de decisão subjetiva do aplicador da norma. O curso implicará tanto no estudo crítico das três concepções positivistas referidas como no da teoria dos princípios com a consequente relação entre direito e moral, bem como da teoria da argumentação jurídica. Serão também abordadas outras concepções alternativas do tema.

Bibliografia Básica:

Kelsen, Hans. Teoria Pura do Direito, Editora Martins Fontes, SP 2006
Bobbio, Norberto. Teoria Geral do Direito, Editora Martins Fontes, SP 2008
Hart, Herbert. O Conceito de Direito, Editora Martins Fontes, SP 2009
Alexy, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais, Malheiros Editores, SP 2008
Dworkin, Ronald. Levando os Direitos a Sério, Ed. Martins Fontes, SP 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Regina Helena Costa e Thaís Helena Morando
Disciplina:	Tributação e Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O objetivo do curso consiste em oferecer uma visão do estreito relacionamento entre a tributação e o exercício de direitos fundamentais. Serão analisadas as principais interferências no exercício de direitos constitucionalmente disciplinados, tanto no campo da fiscalidade, quanto da extrafiscalidade. Assim, constituirá objeto de estudo a relação entre a tributação e as diversas liberdades, o direito de propriedade, os direitos à saúde, à previdência, à assistência social, à educação, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem como em relação ao direito do consumidor, dentre outros.

Bibliografia Básica:

PAULO DE BARROS CARVALHO - Curso de Direito Tributário, Saraiva.

ROQUE ANTONIO CARRAZZA - Curso de Direito Constitucional Tributário, Malheiros.

ALIOMAR BALEEIRO - Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar, Forense.

REGINA HELENA COSTA - Curso de Direito Tributário - Constituição e Código Tributário Nacional, Saraiva e Imunidades Tributárias - Teoria e Análise da Jurisprudência do STF, Malheiros.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Rogério José Ferraz Donnini
Disciplina:	Responsabilidade civil na pós-modernidade
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Curso de Direito Civil (Tutela e Direitos Fundamentais dos cidadãos e das relações civis) – Mestrado em Direito das Relações Sociais – Tema do Curso: RESPONSABILIDADE CIVIL NA PÓS-MODERNIDADE. Finalidade: o exame de temas como os danos na sociedade pós-industrial; lesões extrapatrimoniais; dano biológico provocado por ondas eletromagnéticas; bullying e stalking na era virtual; responsabilidade civil e os princípios *neminem laedere*, da dignidade humana e da boa-fé; valor de desestímulo na prática reiterada de danos e na hipótese de menosprezo pela vítima; responsabilidade civil e tempo perdido; imprensa livre e tutela inibitória; privacidade e intimidade nas redes sociais; enriquecimento com causa, entre outros.

Bibliografia Básica:

ALPA, Guido. *La Responsabilità Civile, Parte Generale*, Utet Giuridica, 2010.

COING, Helmut. *Elementos Fundamentais da Filosofia do Direito*, tradução de Elisete Antoniuk, Sergio Fabris Editor, Porto Alegre, 2002.

DONNINI, Rogério. *Responsabilidade civil na pós-modernidade – felicidade, proteção, enriquecimento com causa e tempo perdido*, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2015.

PERLINGIERI, Pietro. *O Direito Civil na Legalidade Constitucional*, obra organizada por Maria Cristina De Cicco, Renovar, Rio de Janeiro, 2008.

SELLA, Mauro. *I nuovi illeciti – Dani patrimonial e non patrimonial*, Torino: UTET Giuridica, 2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Roque Antonio Carrazza
Disciplina:	Tributos em espécie
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A pesquisa girará em torno dos tributos em espécie (imposto sobre a renda, IPI, ICMS, IPTU, ISS, contribuições, taxas etc.), ao lume dos princípios constitucionais tributários. A pesquisa será conduzida de acordo com as diretrizes da Escola de Direito Tributário da PUC/SP, seguindo a linha de pensamento do saudoso Mestre Geraldo Ataliba, que vem sendo aprofundada na nossa produção científica.

Bibliografia Básica:

- 1) Roque Antonio Carrazza - Curso de Direito Constitucional Tributário (Malheiros Editores, São Paulo, 30ª ed., 2015).
- 2) Paulo de Barros Carvalho - Curso de Direito Tributário (Saraiva, São Paulo, 18º ed., 2007).
- 3) Geraldo Ataliba - Hipótese de Incidência Tributária (Malheiros Editores, São Paulo, 6ª edição, 9ª tiragem, 2008).
- 4) Aliomar Baleeiro - Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar (atualizada por Mizabel Derzi, Forense, Rio de Janeiro, 7ª edição, 1997).
- 5) Renato Lopes Becho - Lições de Direito Tributário (Saraiva, São Paulo, 3ª ed., 2015)



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Silvio Luís Ferreira da Rocha
Disciplina:	Novas Formas de Contratação Pública e Desenvolvimento de Infraestruturas
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Dentro do Projeto de Pesquisa "Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas" vinculado à Linha de Pesquisa "Efetividade do Direito Público e Limitação da Atividade Estatal" será ministrada a disciplina "Novas Formas de Contratação Pública e Desenvolvimento de Infraestruturas" com o propósito de discutir a cooperação estabelecida entre a Administração Pública e o particular por intermédio de figuras jurídicas denominadas parcerias público-privadas e a aproximação da administração a gestão privada.

No decorrer do curso trataremos: a) Dicotomias tradicionais entre o público e o privado; b) Estado e entidades particulares: responsabilidades partilhadas; c) Privatização e Publicização; d) Modelos de parcerias público-privadas; e) As relações contratuais entre os parceiros públicos e privados; e) A proteção dos interesses das partes e a tutela dos interesses do investidor.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, André Castro. Direito da infraestrutura - perspectiva pública. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

CASSAGNE, Juan Carlos e outro, La Contratación Pública, 2 volumes, Buenos Aires: Hamurabi.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. Parcerias na administração pública, concessão, permissão, franquia, terceirização e outras formas. São Paulo: Atlas.

LAROSA, Javier Guiridlian Larosa. Contratación Pública y Desarrollo de Infraestructuras. Buenos Aires: Abeledo-Perrot.

LIGNIÈRES, Paul. Partneriats public-privé, 2ª edição, Paris: Litec.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Tércio Sampaio Ferraz Júnior
Disciplina:	Ordenamento Jurídico e Sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito.
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	07h30min às 12h30min
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Em sede de teoria geral do direito, a positivação do direito, ocorrida no século XIX, gerou, no século XX, um conceito de ordenamento visto como sistema. Mesmo a admissão de direitos fundamentais engendrou uma forte concepção sistemática de estrutura hierárquica de normas. O conceito positivado do direito como um sistema de regras sofreu, porém, uma série de perturbações em face do fenômeno da globalização. Argumenta-se que a positivação de princípios que refletem uma determinada moralidade política da comunidade exige do aplicador do direito não somente um exercício de subsunção de casos a regras ou o recurso à discricionariedade (nos casos de indeterminação), mas uma atividade argumentativa diversificada. Na virada do século XX, ganhou peso uma concepção do direito como uma prática interpretativa e argumentativa, na qual o ordenamento se constrói a partir de uma apreciação e oposição de argumentos sobre aspectos (relevantes) de casos concretos. O curso pretende indagar das conseqüências dessa transformação para a sistematicidade das regras jurídicas; em particular, em vista da estabilidade do corpo de regras e mesmo para a possibilidade de pensá-lo como um sistema escalonado de elementos normativos. O tema da relevância, em sede pragmática, aponta para uma pluralidade estrutural a ser enfrentada sob o prisma de sua possível racionalidade. O curso pretende, assim, discutir a idéia do ordenamento como um sistema normativo, ainda que instável e constantemente sujeito à perturbação pela atividade de interpretação argumentativa, com base em casos concretos.

Valer-se-á, metodicamente, de exposição teórica e seminários



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Bibliografia Básica:

KELSEN, Reine Rechtslehre, Viena, 1960 (trad. portuguesa: *Teoria pura do direito*).

REALE, Miguel: *Experiência e cultura*, 1977.

VIEHWEG, Theodor: *Topik und Jurisprudenz* (trad. bras.: *Tópica e jurisprudência*).

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 6^a ed. Brasília: UnB, 1995.

CASTANHEIRA NEVES, *O atual problema metodológico da interpretação jurídica*, Coimbra, 2003.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Teresa Arruda Alvim Wambier
Disciplina:	Recursos no novo Código de Processo Civil e outras formas de impugnação da decisão judicial
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	4 ^{as} e 5 ^{as} feiras (quinzenalmente)
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso visa a proporcionar o conhecimento e a análise crítica do sistema recursal brasileiro, tal como disciplinado pelo novo CPC. A diminuição das hipóteses de cabimento dos recursos ordinário, bem como a significativa alteração dos recursos de estrito direito serão estudadas sob a perspectiva de se ter um processo mais eficiente. Também serão estudadas a ação rescisória, a anulatória e a reclamação como forma de impugnação da decisão do juiz.

Bibliografia:

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Comentários ao Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Editora Forense.

NERY JUNIOR, Nelson. Teoria Geral dos Recursos. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Embargos de declaração e omissão do juiz. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

_____; CONCEIÇÃO, Maria Lúcia Lins; RIBEIRO, leonardo Ferres da Silva; MELLO, Rogerio Licastro Torres de. Primeiros comentários ao novo Código de Processo Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

_____; TALAMINI, Eduardo; DIDIER JR. Fredie; DANTAS, Bruno. Breves Comentários ao novo Código de Processo Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Aulas Quinzenais.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Vidal Serrano Nunes Júnior
Disciplina:	Ordem Social e Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Direitos Fundamentais: técnicas de positivação e regime jurídico. Direitos Sociais. Seguridade Social. Direito Sanitário. A judicialização da saúde. Direito à Educação. Diretrizes Constitucionais da Assistência Social. Limites contingentes aos Direitos Sociais. A reserva do possível e os princípios orçamentários.

Bibliografia Básica:

- 1) NUNES JR, Vidal Serrano. A Cidadania Social na Constituição de 1988 (Ed. Verbatim);
- 2) ____ & DALLARI, Sueli. Direito Sanitário (ed. Verbatim);
- 3) BANDEIRA DE MELLO, Celso Antonio. O conteúdo jurídico do princípio da igualdade (Ed. Malheiros);
- 4) ____ Eficácia das Normas Constitucionais e Direitos Sociais (Ed. Malheiros);
- 5) Marshall, T. H. (1950). Citizenship and social class and other essays. Cambridge: CUP.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Wagner Balera
Disciplina:	A efetividade dos Direitos Sociais e o agir complementar entre os sistemas público e privado de Seguridade Social
Núcleo de Pesquisa:	Direito Previdenciário
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estabelecer o grau de efetividade entre os sistemas de seguridade social brasileiro com o escopo de avaliar a respectiva integração em prol do atendimento integral da comunidade protegida pelo ordenamento jurídico pátrio.

Bibliografia Básica:

BECK, ULRICH, La sociedad del riesgo global, Siglo XXI, Madrid, 2009

LUHMANN, Niklas, Sociologia del Riesgo, Universidad Iberoamericana, Mexico, 2006

VENTURI, Augusto, Los fundamentos científicos de la Seguridad Social, Min. Trab, Madrid, 1994.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Wagner Balera
Disciplina:	O Direito ao Desenvolvimento a Paz e sua Efetividade
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Humanos
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudar o direito ao desenvolvimento integrada ao conjunto do direito internacional dos direitos humanos, numa perspectiva interdisciplinar e com especial ênfase no fenômeno da globalização. Estabelecimento das relações de efetividade entre desenvolvimento e paz, O ambiente normativo a ser apreciado é integrado pela Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento; pelo Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e pela Declaração e Programa de Ação de Viena.

Bibliografia Básica:

AMARTYA SEN, Desenvolvimento como liberdade, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

CELSO FURTADO, Economia do Desenvolvimento, Rio, Contraponto, 2008.

PAULO VI, Carta Encíclica Populorum progressio, 1967.

WAGNER BALERA, Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento Anotada, Curitiba, Juruá, 2015.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	William Santos Ferreira e Cassio Scarpinella Bueno
Disciplina:	Tutela provisória e a nova sistemática processual civil
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A evolução da tutela cautelar e da tutela antecipada no direito processual civil brasileiro. A experiência de direito estrangeiro. Tutela provisória no novo Código de Processo Civil. O Anteprojeto de novo CPC. O Projeto do Senado Federal. O Projeto da Câmara dos Deputados. O novo Código de Processo Civil. Tutela provisória: gênero e espécies. Tutela de urgência. Tutela da evidência. Tutela antecedente e incidente. Tutela antecipada e tutela cautelar. A prova na tutela provisória. Tutela provisória no âmbito recursal. Estabilização da tutela antecipada. Desafios teóricos. Desafios pragmáticos.

Bibliografia Básica:

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência (tentativa de sistematização). 5ª edição. São Paulo: Malheiros, 2009.

CALAMANDREI, Piero. Introduzione allo studio sistematico dei provvedimenti cautelari. Padova: CEDAM, 1936.

FERREIRA, William Santos. Tutela antecipada no âmbito recursal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MITIDIERO, Daniel. Antecipação da tutela. 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. Manual de direito processual civil. São Paulo: Saraiva, 2015.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Willis Santiago Guerra Filho
Disciplina:	Ordenamento Jurídico e Sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito.
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	07h30min às 12h30min
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Estudar o enfoque sistêmico adotado por Luhmann e outros como Teubner para descrever o ordenamento jurídico de Estados considerados periféricos e democráticos na atual condição histórica, a qual evolui no sentido de uma crescente globalização da sociedade mundial enquanto pós-industrial. Como pano de fundo tem-se a questão mais ampla sobre que tipo de relação pode haver entre a abordagem sistêmica nos estudos jurídicos com aquelas que se caracterizam como críticas, especialmente de autores pós-estruturalistas como Deleuze e Derrida. A tentativa que aqui se faz é de ir além dessas abordagens, tendo-as como pré-requisito. Para tanto, parte-se da descrição das características gerais da ordem jurídica da sociedade globalizada em que vivemos na atualidade, com um esboço da teoria evolucionista dos sistemas sociais autopoieticos, passando ao exame da mudança neste paradigma que pode ocasionar o enfoque imunológico desenvolvido na área das humanidades, como também em áreas diferentes do conhecimento, concluindo com o exame de perspectivas de humanização do capitalismo e de afirmação dos direitos fundamentais numa sociedade mundial democrática.

Bibliografia Básica:

BALERA, Wagner; SAYEG, Ricardo H. O Capitalismo Humanista. São Paulo: KBR, 2011.

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário Linguagem e Método. 4.ed. São Paulo: Noeses, 2011.

FERRAZ Jr., Tercio S. Introdução ao estudo do direito, São Paulo: Atlas, 2004.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

GUERRA Filho, Willis S. Immunological Theory of Law, Saarbrücken: Lambert, 2014.

LUHMANN, Niklas. El derecho de la sociedad, trad.: Javier Torres Nafarette, 2^a. Ed., México (DF): Universidad Iberoamericana, 2005.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Willis Santiago Guerra Filho
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Teoria dos Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. Direitos Fundamentais e conceitos afins: direitos humanos, direitos de personalidade, direitos públicos subjetivos, garantias institucionais. 2. Gerações de direitos humanos e dimensões dos direitos fundamentais: abordagem histórico-comparativa. 3. Fundamentação epistemológica de uma Teoria Processual do Direito e dos direitos fundamentais. 4. A Norma de Direitos Fundamentais. 5. Estrutura da ordem jurídica derivada dos direitos fundamentais. 6. Posições e situações jurídicas subjetivas decorrentes dos direitos e garantias fundamentais. 7. Interpretação jusfundamental do Direito. 8. O princípio e garantia fundamental da proporcionalidade.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Robert - Teoria dos Direitos Fundamentais. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2009.

BONAVIDES, Paulo - Curso de Direito Constitucional, 26ª. ed., São Paulo: Malheiros, 2011.

GUERRA FILHO, Willis S. - Teoria Processual da Constituição, 3ª. ed., São Paulo: RCS, 2007.

_____ - Processo Constitucional e Direitos Fundamentais, 6ª. ed., São Paulo: SRS, 2009.

_____ - Teoria da Ciência Jurídica, 2ª. ed., São Paulo: Saraiva, 2009.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Willis Santiago Guerra Filho
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Filosofia dos Direitos Humanos
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. Humanismo Antigo: Cosmocêntrico. Concepções filosóficas e jurídicas dos pré-socráticos, sofistas, da Escola de Atenas, cínicos, atomistas, epicuristas e estóicos. 2. Humanismo Medieval: Teocêntrico. Concepções filosóficas e jurídicas de Santo Agostinho, Santo Tomás e Guilherme de Ockham: A querela sobre a pobreza franciscana. 3. Humanismo Moderno: Antropocêntrico. Concepções filosóficas e jurídicas de Thomas Hobbes, Giambattista Vico, John Locke, Rousseau, Kant e Hegel. 4. O Anti-Humanismo Contemporâneo. Concepções filosóficas e jurídicas de Nietzsche, Heidegger, Kelsen, Baudrillard, Foucault e Luhmann. 5. Humanismo Contemporâneo: Concepções filosóficas e jurídicas de Marx (comunismo), Sartre (existencialismo), Maritain (neotomismo). 6. Crises do capitalismo. Capitalismo flexível e perspectivas de humanização: Doutrina do Capitalismo Humanista em Direito Econômico.

Bibliografia Básica:

- BALERA, Wagner; SAYEG, Ricardo H. O Capitalismo Humanista. São Paulo: KBR, 2011.
- BIELEFELDT, Heiner. Filosofia dos direitos humanos: fundamentos de um ethos de liberdade universal. Tradução de Dankwart Bernsmüller. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.
- DOUZINAS, Costas. O Fim dos Direitos Humanos. Trad. Luzia Araújo. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.
- GUERRA FILHO, Willis S./CANTARINI, Paola. Teoria Poética do Direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.
- MARITAIN, Jacques. Humanismo Integral, Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1945.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Willis Santiago Guerra Filho
Disciplina:	Filosofia do Direito IV - Direito, Economia e Religião
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2016
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Direito, poder e magia. A Religião entre o Direito e a Filosofia na Antiguidade Clássica, Idade Média e Modernidade. Teologia e Hermenêutica. Crítica radical do Direito e do Estado na contemporaneidade: a obra de Giorgio Agamben. A recepção atual do cristianismo entre marxistas, com especial atenção a Alain Badiou, e sua repercussão na Filosofia do Direito. Crises do capitalismo. Capitalismo flexível e perspectivas de humanização: Doutrina do Capitalismo Humanista em Direito Econômico.

Bibliografia Básica:

AGAMBEN, Giorgio. Il Regno e la Gloria. Per una genealogia teologica dell'economia e del governo. Vicenza: Neri Pozza, 2007.

BALERA, Wagner; SAYEG, Ricardo H. O Capitalismo Humanista. São Paulo: KBR, 2011.

BADIOU, Alain. - São Paulo: a Fundação do Universalismo. São Paulo: Boitempo, 2009.

GUERRA FILHO, Willis S.; CARNIO, Henrique Garbellini. Teoria Política do Direito. 2ª. ed., São Paulo: RT, 2014.

TAWNEY, R. H. A Religião e o surgimento do Capitalismo. São Paulo: Perspectiva, 1971.